

QUANTO MAIOR MELHOR? PROJETOS DE GRANDE ESCALA: UMA FORMA DE PRODUÇÃO VINCULADA À EXPANSÃO DE SISTEMAS ECONÔMICOS¹

*Gustavo Lins Ribeiro*²

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, os projetos de grande escala (PGE) são considerados como uma forma de produção delimitada e recorrente. Há três dimensões estruturais que são centrais para a caracterização dos PGE: 1) Gigantismo – eles causam enormes fluxos de capital e trabalho, que são planejados por grandes corporações; 2) Isolamento – a localização dos projetos implica problemas logísticos específicos e a criação de uma organização social diretamente ajustada às necessidades do processo produtivo; 3) Caráter temporário do empreendimento – os projetos são realizados em períodos relativamente curtos; a inauguração é a marca da desmobilização dessa forma de produção.

1 Uma versão anterior deste artigo foi publicada na revista argentina *Desarrollo Económico* (RIBEIRO, 1987). A presente tradução representa o núcleo do meu argumento naquele texto. Ela reflete, basicamente, o estado da discussão à época, mas mantém-se, estruturalmente, atual e pertinente. Para uma discussão mais detalhada sobre um grande projeto específico, a represa de Yacuyretá, veja Ribeiro (1991, 2008). Tradução do espanhol de Amelia Cohn.

2 Professor da UnB, atualmente presidente da ANPOCS.

OS PROJETOS DE GRANDE ESCALA ENTENDIDOS COMO UMA FORMA DE PRODUÇÃO

Neste capítulo, analisarei três dimensões inter-relacionadas dos projetos de grande escala (PGE): 1) o gigantismo; 2) o isolamento; 3) o caráter temporário. A ordem de apresentação não reflete nenhuma hierarquia entre elas. Prevalece a ideia de sistema e totalidade. Ao longo deste trabalho, as dimensões são consideradas como grupos de determinações e relações que se sobrepõem, devendo estar presentes simultaneamente para que se possa considerar um projeto como de grande escala.

1) O gigantismo

A importância da escala dos projetos é percebida em designações tais como “grandes obras”, “macrodesenvolvimento” e “macroengenharia”. O “gigantismo” é percebido facilmente nas grandes construções hidrelétricas, com suas represas imponentes que às vezes se estendem ao longo de vários quilômetros. Nesses casos, o homem se torna apequenado diante de suas obras. Mas a minha preocupação pela escala não obedece prioritariamente essas proporções incriveis. O ponto fundamental radica-se no fato de que o tamanho da tarefa exige, necessariamente, enormes quantidades de capital e de trabalho.³ Ao considerar os projetos de grande escala limito meu campo aos que implicam *grandes movimentos de capital e mão de obra*. Ademais, esses projetos costumam responder a grandes necessidades econômicas preexistentes, definidas de diversos modos, e/ou gerar eixos novos e igualmente grandes.

3 Alguns autores (MURPHY, 1983, VII, 2; LEONHARD, 1982, p. 113) consideram os PGE como empresas de capital intensivo, variando de US\$ 100 milhões até muitos bilhões de dólares para cada projeto, empregando, com frequência, mais de 10 mil pessoas.

Por causa do tamanho dos investimentos, as principais decisões são tomadas por administradores (*decision-makers*) que baseiam seu raciocínio na lógica das interações dos sistemas econômicos internacionais e nacionais. Diferentes instituições participam das complexas negociações dos projetos: organismos governamentais (empresas públicas, bancos, agências bilaterais ou multilaterais de desenvolvimento), empresas privadas nacionais e internacionais (bancos, vários licitadores como consultoras e empreiteiras da construção civil, e vários outros tipos de consultores e contratantes).⁴

A distribuição global dos PGE reflete as principais tendências da divisão internacional do trabalho e – na maioria das vezes – a dinâmica da dependência política e econômica. Do lado dos investidores e vendedores, dadas as dimensões e complexidades dos projetos, poucas instituições financeiras e firmas de construção ou de *design*, localizadas, sobretudo, nos seis países mais industrializados (EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão e Itália), são capazes de ingressar nesse mercado privilegiado (WALTER, 1984, p. 253; MURPHY, 1983, p. 12).⁵ O lado dos compradores é fortemente composto dos chamados países

4 Historicamente, o maior organismo envolvido na avaliação e financiamento dos PGE foi o Banco Mundial (composto pelo International Bank for Reconstruction and Development (Bird), a International Development Agency (IDA), e a International Finance Corporation (IFC)). Cheryl Payer (1982, p. 72) considera que “mais de 90% dos empréstimos e créditos feitos pelo Banco e pela IDA são para projetos específicos”. A autora também afirma que “a maioria dos que escrevem sobre ‘desenvolvimento’ e ‘financiamento do desenvolvimento’ possuem pouca familiaridade com as realidades concretas dos projetos de desenvolvimento” (PAYER, 1982, p. 7).

5 Contemporaneamente, firmas do Brasil têm uma penetração relativamente exitosa nos mercados latino-americanos, africanos e outros. Num mercado oligopólico, as companhias maiores costumam dividir o mundo em áreas de influência.

periféricos, destacando-se nações do Oriente Médio e da América Latina (MURPHY, 1983, p. 10; HULL, 1982, p. 143). Nessas áreas do mundo, não somente o trabalho, mas também a propriedade são baratos. Isso é crucial porque os PGE frequentemente requerem o uso de grandes áreas territoriais e recursos naturais. O custo relativamente mais baixo desses fatores de produção, associado a uma legislação de proteção ao meio ambiente mais débil, fazem com que esses investimentos sejam significativos para a recomposição da ordem industrial mundial, especialmente para os setores de alumínio e de aço (HULL, 1982, p. 119; OLIVEIRA SÁ, 1984). O acesso a fontes mais baratas de energia pode ser garantido por um tipo específico de PGE: as gigantescas usinas hidrelétricas (PORTER, 1984).

Os PGE costumam ser muito controversos devido à enorme demanda de capital e trabalho e porque causam grandes mudanças. Só suas dimensões bastam para assegurar que sejam tratados como matéria geopolítica de alcance regional, nacional ou internacional. Em consequência, é muito grande a participação oficial, condição frequentemente exacerbada pelas regras de financiamento internacional. Os governos podem ser a) promotores únicos do projeto ou b) importantes sócios políticos e econômicos de outros governos e/ou de uma ou várias empresas privadas nacionais ou internacionais.

Os projetos de grande escala são iniciados e promovidos pela planificação. Esta implica a avaliação científica da viabilidade do projeto. Mas tal empresa planificada requer uma estrutura centralizada que coordene as complexas articulações necessárias para transformar planos em realidades. Requer, em resumo, uma poderosa e grande corporação. É importante a natureza política e econômica da corporação – pública, privada, nacional, internacional, ou uma combinação –, porque pode significar distintas sensibilidades e respostas ante as pressões públicas.

Também pode implicar distintas condições da vida diária na zona do projeto.

A maioria dos projetos é administrada por corporações públicas ou tem conexões muito estreitas com organismos do Estado. No geral, as corporações públicas subcontratam várias empresas privadas para a realização das diversas tarefas concretas que um projeto supõe. Também estão muito mais próximas das esferas de poder central e, por conseguinte, são suscetíveis a pressões politicamente organizadas. O poder de uma corporação parece estar relacionado, deste modo, à escala do projeto: quanto maior este for, mais influente é aquela. A estruturação típica de um PGE é composta de um proponente (no geral uma empresa pública), uma empresa consultora e um contratante principal (os dois últimos são, com frequência, *joint-ventures*).

Dada a escala das transações, o pessoal superior da corporação tem acesso a escalões nacionais de alto nível, e por vezes internacionais, tanto de poder político como econômico. É provável que alguns funcionários superiores sejam designados com base em sua capacidade pessoal para lidar com redes políticas e econômicas em benefício do projeto. Por exemplo, com frequência são designados como diretores dirigentes nacionais, políticos e militares. Em consequência, a empresa pode gozar de um poder político quase tão grande quanto seu poder econômico. Essa é, também, uma das fontes do tremendo poder que a companhia exerce sobre a vida dos participantes de um PGE.

Os centros de decisão que ocupam os níveis superiores da corporação devem cumprir diversas funções. Estão integrados por um grupo central de responsáveis que, no futuro, serão identificados quase exclusivamente com o projeto. Há, por exemplo, uma junta de diretores com funções especializadas ou múltiplas. Pode haver políticos, cuja função consiste em advogar

pela corporação ante organismos públicos ou privados. Deve haver técnicos e especialistas – engenheiros, geólogos, agrônomos, planejadores urbanos, arquitetos, advogados, economistas etc. –, cujo papel não se radica somente na orientação técnica do projeto, mas em subministrar a necessária aparência de racionalidade e legitimação científica. Alguns membros desempenham um papel empreendedor. Constituem uma ponte entre os responsáveis da hierarquia superior e os operadores de base. Podem ser considerados intermediários entre os interesses da administração e os eventuais conflitos trabalhistas que surjam no processo de construção. São figuras importantes. Estabelecem relações populistas com os trabalhadores. Tendem a ser respeitados e transformados em mitos, porque, apesar de sua posição elevada na hierarquia da corporação, se supõe que estejam expostos às mesmas condições duras de vida a que todos estão submetidos no território da construção.

No geral, é difícil justificar um projeto de grande escala somente com base em argumentos puramente econômicos. De fato, alguns projetos podem ser desenhados para promover mudanças a longo prazo no terreno político, além do econômico. Portanto, para o desenvolvimento dos PGE, os fatores políticos são pelo menos tão importantes quanto os econômicos.

Também são recorrentes as incertezas sobre o futuro de um projeto. Uma vez iniciado, não há garantias de que termine. Por conseguinte, os projetos de grande escala são acompanhados de um processo de legitimação que articula vários discursos ideológicos. O gigantismo estimula a ideia de que a dimensão do projeto é positiva por si mesma, porque cria numerosas oportunidades para milhares de pessoas. Também costuma ser apresentado como algo que redimirá uma região do país de seu atraso. É o que se poderia denominar de *ideologia da redenção*, cuja matriz principal é a ideologia do progresso, que muitas vezes

toma a forma do desenvolvimentismo, isto é, a suposição de que os PGE são positivos porque desenvolverão uma região, levando bem-estar a todos. Os elementos condensados nessa formulação ideológica variam segundo a natureza da obra, sua importância para a região do país, e as particularidades históricas e culturais do meio onde será construída. Uma história regional ou nacional é a fonte favorita de acontecimentos que se reordenam, de tal modo que a construção do projeto aparece como natural; o que se deve fazer parece a mera obediência a uma tendência histórica. O regionalismo ou o nacionalismo são, assim, um componente útil dessa ideologia redentora. É muito mais fácil utilizar os fatos históricos dessa forma quando os projetos têm suas próprias pré-histórias, isto é, quando existem discussões e declarações, inclusive tentativas anteriores frustradas, prévias à construção efetiva do projeto.

É evidente que nem todos os PGE requerem um enorme esforço de legitimação. Que isso ocorra, e em que grau, também depende de seu emprego com fins políticos ou da familiaridade com projetos similares. Assim, alguns deles não se legitimam mediante a elaboração e promoção, por parte do Estado, de uma ideologia politicamente orientada, mas com campanhas publicitárias.

A ideologia da redenção aparece com frequência sob a forma de um desafio histórico a ser naturalmente vencido pela implementação do projeto. A excepcionalidade da obra exige indivíduos excepcionais para cumprir tarefas de exceção. Costuma-se apresentá-los como pioneiros que, com um tremendo e singular esforço, construirão a “obra do século”. O “pioneirismo” é, pois, outro componente importante dessa formulação ideológica. Pode vir acompanhado do *populismo* ou, melhor, de uma conduta populista dos promotores do projeto, criadora da aparência de uma sociedade igualitária, ainda que

temporária, na qual o objetivo comum destrói as divisões de classe e as diferenças culturais, unificando a todos sob a bandeira do progresso. O sentido dessas características não se radica somente em mobilizar uma opinião pública favorável ao projeto, mas em fetichizar, uma vez iniciada a obra, o ritmo extremamente intenso e as dificuldades da vida diária; os PGE não somente requerem o trabalho de milhares de pessoas, mas também sua presença constante e infatigável na obra.

2) *O isolamento*

Se considerarmos o caráter planejado dos PGE, assim como os grandes movimentos de capital e trabalho que implicam, fica claro que não se pode considerá-los autossuficientes ou não integrados a sistemas socioeconômicos mais amplos. Na realidade, quase por definição, eles relacionam zonas isoladas com sistemas econômicos mais amplos. Não obstante, sua construção em zonas relativamente isoladas tem várias implicações.

O isolamento é sempre relativo e deve-se considerá-lo em termos de gradação. Aqui definiremos o isolamento do ponto de vista das necessidades dos PGE que estão determinadas pela disponibilidade de meios de produção, ou melhor, por sua ausência nos lugares onde serão implementados. Não há mercados preexistentes onde se possa adquirir a força de trabalho, as máquinas e materiais necessários. Muitas vezes nem sequer há acesso aos mercados que poderiam satisfazer essas necessidades básicas. De fato, nessas regiões não existe uma organização social preexistente, historicamente desenvolvida, que possa sustentar totalmente um projeto de grande escala. Dessa maneira, o isolamento relativo se refere mais a fatores socioeconômicos (o desenvolvimento das forças produtivas locais) que geográficos (o isolamento físico

da região). Assim, compartilhando uma perspectiva como a de David Harvey (1973), é preciso compreender densidade populacional e sistemas de transportes como historicamente determinados.

O isolamento facilita a realização de uma extensão do poder da corporação: o estabelecimento de um *território controlado* que obedeça à lógica da produção do projeto. Como se sabe, o poder da corporação frequentemente chega a um ponto tal que virtualmente substitui o Estado. Isso pode ser visto claramente no campo da segurança pública. É comum que ela e o controle coercitivo sejam regulados por organismos direta ou indiretamente subordinados à corporação.

O território onde se leva a cabo o projeto pode ser considerado um “enclave”. Uma característica que costuma aparecer nesses pontos longínquos é a *ambiguidade jurídica*. Isso significa que o Estado, ainda que sempre presente nos PGE, omite deliberadamente subministrar os serviços institucionais normais. Há ambiguidade, mas não contradição. O Estado ausenta-se porque seu objetivo principal é o êxito do projeto, e conseqüentemente a “otimização” da produção. A abdicação da responsabilidade estatal torna-se mais fácil pelo fato de o trabalho ser realizado por empreiteiras privadas contratadas e pela natureza temporária dos PGE. Um bom exemplo disso tem a ver com a aplicação da legislação trabalhista, que poderia colocar em perigo o ritmo da construção.

O isolamento significa também que a primeira tarefa do projeto é conectar o território com regiões que podem fornecer capital e mão de obra. Por conseguinte, as tarefas preliminares destinam-se a criar as condições para ter acesso ao local do projeto e nele trabalhar e viver. O isolamento traz *problemas logísticos* que, se espera, estão previstos no plano e podem ser classificados em: a) o estabelecimento de um fluxo regular

e estável de capital e força de trabalho e b) o manejo desses fatores num território com condições materiais e sociais precárias.

A obtenção do capital inicial para começar as operações talvez seja a parte mais problemática do estabelecimento de um fluxo regular de capital, ainda que isso varie muito segundo o tipo de projeto e de seus promotores. Dificuldades financeiras podem surgir por má administração e/ou atrasos nos cronogramas gerais de um projeto. Complicações também podem ser causadas por mudanças políticas e econômicas nos cenários nacionais e internacionais.

Um problema central consiste no transporte de materiais e equipamentos. A princípio, empregam-se as formas existentes de comunicação com o lugar porque o volume dos bens transportados não chega ainda a um ponto em que isso se revele pouco prático. Não obstante, os primeiros trabalhos no projeto consistem em incrementar o sistema de transporte existente ou criar um novo que permita manter um tráfico mais intenso e pesado e construir os primeiros depósitos e barracões.

O estabelecimento de um fluxo regular de trabalhadores é problemático porque ocorre em substituição do ausente mercado de trabalho. Há uma distinção básica entre *fluxos organizados* e *não organizados* para um território de um PGE. É provável que os primeiros momentos caracterizem-se por um fluxo não organizado. Os PGE atraem *per se* milhares de trabalhadores. Sua presença implica a oferta de salários e serviços atrativos. As escalas de salários são amplamente divulgadas, também como parte da estratégia de legitimação do projeto. Os primeiros trabalhadores que chegam ao território dedicam-se às obras necessárias para sustentar a chegada futura de milhares de pessoas. Os primeiros costumam vir das regiões vizinhas. Claro, a publicidade oficial tem sua influência, mas essas chegadas

também vinculam-se com a eficácia das redes sociais locais que dão a conhecer as novas oportunidades que se apresentam na região. Em contraste com o fluxo organizado, o *não organizado* é um movimento espontâneo. Devido à necessidade de uma força de trabalho grande e estável, os projetos de grande escala não podem depender de um movimento tão aleatório e disperso. É necessário, então, estabelecer um fluxo organizado.

O *fluxo organizado* supõe a existência de uma estrutura, normalmente fornecida pelo Estado, que controla o acesso ao território do projeto. Vários organismos, ou somente um grande, *recrutam*, *selecionam* e *enviam* trabalhadores para a região, assumindo funções de intermediação. Mediante o controle deliberado do recrutamento, da seleção e do acesso à área, esses organismos definem o perfil geral da população participante no projeto: trabalhadores jovens, de sexo masculino, saudáveis e não acompanhados de familiares. O fluxo organizado impede que se gerem pressões demográficas sobre a zona por pessoas que não tenham uma utilidade direta para o projeto: homens velhos ou doentes, mulheres e crianças. A dinâmica própria do fluxo organizado impõe-se claramente para os trabalhadores não qualificados. A maioria dos trabalhadores qualificados, profissionais e pessoal administrativo participam no *circuito migratório dos PGE*, sendo, no curso de suas vidas ativas, transportados pelos contratantes de um PGE a outro.

Uma consequência importante do fluxo organizado é o desequilíbrio demográfico resultante da ausência relativa de famílias, mulheres solteiras, adolescentes e crianças. Cria-se uma situação social singular, na qual a quantidade de homens é consideravelmente maior que a de mulheres. Portanto, a vida familiar não existe para a maioria, ou para uma quantidade substancial da população. Esses vieses por sexo e idade são características da força de trabalho que sempre parecem se

manifestar quando se fazem grandes inversões em regiões que não tinham um mercado de mão de obra.⁶ A população resultante está quase toda dedicada à produção, subordinada a uma única estrutura e praticamente sem dependentes econômicos no local (de acordo com as definições do projeto). A criação de uma força de trabalho com esse viés demográfico é, claramente, uma estratégia para manter baixo o custo da reprodução social da força de trabalho (BURAWOY, 1976).

Essa situação social singular conecta-se com outros dois importantes problemas logísticos vinculados ao assentamento: o fornecimento de alimentos e de habitação para milhares de pessoas. A solução para o abastecimento regular é outra característica central dos PGE: a construção de vários acampamentos planejados.⁷ Sua organização interna, com grandes barracões, refeitórios e outras instalações (armazéns, escritórios etc.), reflete de várias maneiras as necessidades

6 Tinker (1974), ao analisar o fluxo de trabalhadores indígenas contratados temporariamente (*indentured workers*) para as plantações das Antilhas Britânicas e a Ilha Maurício depois de abolida a escravidão, fornece abundantes dados sobre a proporção de sexos na força de trabalho migrante. A participação das mulheres podia variar, por exemplo, de 17% a 40%. Ribeiro (1982) assinala uma cifra de 17% em determinadas zonas do território da construção de Brasília. A analogia com o tráfico de escravos aparece em algumas descrições do que denomino de fluxo organizado. É interessante assinalar algumas similitudes entre esses movimentos: ambos implicam para o indivíduo a perda de suas redes sociais anteriores e são seguidos de um enorme desequilíbrio da participação dos sexos na população. De fato, o fluxo organizado aproxima-se das definições de migração forçada (OLIVER-SMITH; HANSEN, 1982).

7 Estudos sobre as “*company towns*” e as “*booms towns*” estadunidenses e os acampamentos de mineração no sul da África permitem um quadro comparativo interessante (veja-se, por exemplo, Allen (1966), Van Onselen (1976), Olien e Olien (1982)). Para uma análise das relações entre exploração e imobilidade da força de trabalho, especialmente centrado no complexo fábrica-vila operária, ver Leite Lopes (1979).

e a lógica dos projetos e é necessária para estabelecer a disciplina que organiza a vida diária da força de trabalho.⁸ Os trabalhadores ajustam-se a pautas especiais e temporárias estabelecidas. Esses acampamentos podem ser considerados instituições totais (GOFFMAN, 1962; RIBEIRO, 1980; YERRO, 1983).

Com relação à estrutura dos acampamentos, é necessário formular duas distinções. A primeira obedece às distintas posições hierárquicas no interior dos ramos produtivos que intervêm no projeto. Haverá, por conseguinte, uma diferença básica entre as instalações destinadas aos trabalhadores não qualificados e as que são ocupadas pelos técnicos, capatazes, administradores e engenheiros. O último grupo pode negociar inclusive a possibilidade de trazer suas famílias. O poder de negociação que terão dependerá de sua escassez relativa na região e de sua importância para o projeto. A segunda grande diferença tem a ver com a ausência relativa de famílias e mulheres. Dentro dos acampamentos, há uma distinção entre aqueles que podem trazer suas famílias e os que não podem, distinção que coincide com a diferenciação hierárquica do PGE como um todo. Por conseguinte, o mais provável é que os acampamentos se dividam em duas zonas principais, uma destinada fundamentalmente a *trabalhadores não qualificados sem família*, e a outra a *trabalhadores qualificados e seus familiares*. A qualidade da habitação (tamanho, materiais, serviços) varia em consequência dessa divisão.

8 David Landes (1969, p. 2) assinala importância no início do capitalismo da disciplina nas fábricas para a criação de uma “nova raça de trabalhadores”, já que o “controle do trabalho implica a possibilidade de sua racionalização”. Landes agrega que “claro, a disciplina não era algo inteiramente novo. Alguns tipos de trabalho – grandes projetos de construção, por exemplo – sempre requisitaram orientação e coordenação dos esforços de muita gente”.

Por vezes, a solução planificada para a organização do território inclui uma zona de lojas, hotéis, bares, restaurantes, bancos etc. Os planeadores podem aproveitar uma população preexistente e convertê-la numa área *provedora de serviços* para o território da construção. Essa é, sem dúvida, uma zona muito mais aberta e menos controlada, onde supõe-se que as pessoas reproduzirão uma vida social “normal”. Também constitui a única opção frente aos acampamentos, a menos que surjam assentamentos precários e ilegais na periferia do território do projeto. Por se tratar de uma zona relativamente não controlada, é aí onde tende a aparecer um mercado incipiente de força de trabalho. É também onde as pessoas gastam seu dinheiro e podem dispor de seu tempo livre sem controles.

A necessidade de uma enorme quantidade de trabalhadores numa região isolada cria um universo social cuja população é composta de estranhos que se mantêm unidos por sua participação numa empresa econômica totalizadora. Os indivíduos estão isolados de suas redes sociais anteriores, encontrando-se numa espécie de *terra de ninguém*. Provenientes de diferentes lugares, de diferentes meios econômicos, sociais, étnicos e culturais, mantêm-se unidos numa mesma estrutura impessoal. Nos projetos internacionais, muitas vezes existe uma divisão de trabalho por nacionalidades. A população de um PGE tende a ser homogênea em termos de sexo e idade, mas *heterogênea em suas origens*.⁹ Por um lado, isso aumenta o

9 A noção de mercado de trabalho etnicamente segmentado (WOLF, 1982, p. 379-383) também pode ser utilizada para a análise dos PGE. Porque os projetos podem envolver populações de uma mesma nação diferenciadas por suas origens regionais e não por critérios étnicos, prefiro chamar a esse tipo de segmentação do mercado de trabalho de “segmentação por origem”. Esta incluiria diferenças étnicas tanto quanto regionais internas a uma mesma unidade política nacional.

poder dos responsáveis pelo projeto, posto que subministram e controlam uma “organização social” diretamente vinculada aos interesses econômicos e produtivos do PGE. Os trabalhadores encontram-se numa situação bastante vulnerável, que varia segundo a história das relações de classe nas formações sociais onde concretamente se executa o projeto. Por outro lado, essa segmentação por origens a) provê um mecanismo mediante o qual os trabalhadores se organizam para estabelecer redes de cooperação e solidariedade com base em sua identidade regional, nacional ou étnica; e b) é uma fonte de conflitos, em que a polarização étnica ou nacional pode gerar tensões.

A excepcionalidade desse universo social construído propicia o surgimento de conflitos específicos. Pode haver crises graves, cuja origem se radique na diversidade étnica, na ausência relativa de famílias e mulheres, ou na qualidade da alimentação e da habitação. Os conflitos ocasionados pela diversidade étnica devem ser compreendidos à luz da participação diferente: a) no controle do processo produtivo; b) na distribuição dos benefícios; c) na estrutura hierárquica das empresas; e d) na participação distinta no projeto de diferentes ramos de produção. A prostituição e o alcoolismo aparecem como a reação mais evidente ante a distorção demográfica e podem levar a frequentes ruzgas entre trabalhadores. Os distúrbios por causa da *alimentação* também podem ser comuns e violentos. Os refeitórios são comumente considerados como um dos “fusíveis” da obra. A *habitação* é um tema crucial, sobretudo nos PGE que implicam modificações dos padrões locais de residência decorrentes do reassentamento da população. As represas, por exemplo, com seus enormes lagos artificiais, sempre obrigam a reassentamentos. A construção de cidades é especialmente propícia para os conflitos de habitação porque geram novas expectativas.

O controle desses conflitos é muitas vezes violento (RIBEIRO, 1980; HIRSCHMAN, 1967). Em todo o território e, sobretudo, nos acampamentos, os guardas podem transformar a ordem pública num “terror” oficial. O isolamento torna mais fácil manter a disciplina. Os indivíduos têm acesso limitado a instituições que possam intervir contra o abuso de poder. Como os PGE são enclaves em que há uma ambiguidade jurídica, todas as questões devem ser tratadas internamente até o momento de desmobilizar essa forma de produção.

3) *A temporalidade*

Os projetos de grande escala são sistemas identificáveis fechados no tempo: começam e acabam num lapso de tempo relativamente curto. Nesse sentido, é uma forma de produção que se ativa e desativa. Um PGE não pode durar para sempre porque é um modo planejado de produzir um bem enorme e único que começa a ser utilizado assim que termina. Ainda que na prática se trate de movimentos graduais, é comum encontrar datas precisas que assinalam o início e o fim do projeto. A inauguração é um sinal da desmobilização geral da organização produtiva anterior. A tarefa fundamental que subsiste é a manutenção. Por conseguinte, a inauguração pode ser considerada como um ritual de passagem (VAN GENNEP, 1960), como um conjunto de cerimônias rituais que separam as esferas da produção e do consumo.

A vida média de um projeto é de dez anos (VERNON, 1984). Os períodos mais importantes, antes de seu término e operação, são os de planejamento/desenho, quando problemas técnicos, financeiros e políticos são solucionados, e o período de execução, quando o processo real de produção é realizado.

Administrar movimentos gigantescos de mão de obra e de capital numa região isolada converte a programação e a elaboração do cronograma numa preocupação central dos planejadores e dos

controladores. Os PGE são o resultado final de trabalhos parciais que devem ser coordenados de forma sequencial. As metas do projeto devem ser alcançadas de acordo com razões econômicas e políticas. O não cumprimento das metas nos tempos previstos aumenta inevitavelmente o custo do projeto (MURPHY, 1983). A programação necessária para cumpri-las implica um planejamento ainda maior e um maior controle da produção. À medida que se acumulam metas não cumpridas, aqueles que controlam a produção tendem a acelerar o ritmo do trabalho e a reforçar a disciplina dos trabalhadores para cumprir prazos que se fazem cada vez mais estritos. Os capatazes têm a seu dispor a estrutura dos acampamentos, que fornece massas de trabalhadores nos momentos regulares definidos pelas necessidades do projeto. A atividade produtiva intensa demanda todo o tempo e todas as energias dos participantes. Dada a relativa ausência de um âmbito doméstico e de tempo livre, o território controlado pela empresa é um lugar perfeito para impor um meio controlado. Quase não há tempo que não seja dedicado ao trabalho; o pouco que existe tem por objetivo impedir que o sistema chegue a um ponto de tensão incontrolável. O fato de o empreendimento ser temporário reforça o caráter singular do universo social que se cria nos PGE. O tempo é escasso para: a) empreender atividades não controladas e b) estabelecer redes sociais profundas e amplas. O sistema fecha-se sobre si mesmo. Os trabalhadores têm que trabalhar, e inclusive seu tempo livre é governado pela lógica do projeto.

Além do ajuste do universo social a um ritmo acelerado de produção, há formas econômicas explícitas para aumentar a produtividade da mão de obra. Algumas delas implicam aumentar a jornada de trabalho, o que, ainda que comum em muitas atividades econômicas, se converte no pão de todos os dias para os trabalhadores de projetos de grande escala. “Tanto faz” que seja noite ou dia quando os turnos são de 24 horas. As

horas extras tornam-se rotina. O trabalho remunerado por tarefa é uma das formas preferidas para aumentar o ritmo da atividade produtiva. O trabalhador é estimulado pela possibilidade de agregar a seu salário uma quantidade significativa de horas extras (que no geral são pagas com valores superiores às horas comuns), ou por receber, mediante o pagamento por tarefa, horas aparentemente não trabalhadas. O tempo converte-se numa medida de renda monetária; o esforço físico e o gasto de energia passam para um plano secundário e subordinado. Nos PGE, uma das razões pelas quais os trabalhadores aceitam o ritmo de trabalho vincula-se ao caráter temporário dessa forma de produção e à avaliação estratégica que fazem de seus empregos. Um PGE pode representar a oportunidade de poupar dinheiro e mandar para a família.

O curto prazo e a ausência de um verdadeiro planejamento do posterior reassentamento da maioria dos trabalhadores desmobilizados são uma indicação de que a força de trabalho é utilizada somente na medida das necessidades do projeto.

O caráter temporário implica outras particularidades que se refletem no processo produtivo. A mais evidente é a manipulação da data de inauguração para acelerar a produção. A proximidade do “Dia D” maximiza o emprego de métodos de aceleração e de aumento da jornada de trabalho. As expectativas que gera o fim previsto do projeto outorgam a esta data uma pesada carga simbólica. Estabelece-se um umbral no tempo: antes e depois de entrar em funcionamento a “grande obra”. Aqueles que programam as cerimônias de inauguração têm consciência do peso e do significado daquela data. Uma análise dos rituais e símbolos empregados mostraria sua adequação à ideologia de redenção característica dos PGE. As cerimônias costumam ser enormes demonstrações de poder político banhadas de nacionalismo e de orgulho coletivo por se ter criado a “obra do século”. Atingiu-se a meta. O projeto de grande escala terminou.

REFERÊNCIAS

- ALLEN, James B. *The Company Town in the American West*. Norman: University of Oklahoma Press, 1966.
- BURAWOY, Michael. The Functions and Reproduction of Migrant Labor: Comparative Material from Southern Africa and the United States. *American Journal of Sociology*, n. 5, p. 1050-1087, 1976.
- GOFFMAN, Erving. *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. Chicago: Aldine Pub. Co, 1962.
- HARVEY, David. *Social Justice and the City*. London: E. Arnold, 1973.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Development Projects Observed*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1967.
- HULL, Cordell W. Addressing the Energy Question: Considerations of Development and Finance. In: DAVIDSON, Frank; MEADOR, Lawrence (Comps.). *Macro Engineering and the Future: A Management Perspective*. Boulder: Westview Press, 1982.
- LANDES, David S. *The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the present*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- LEITE LOPES, José Sérgio. Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LEITE LOPES, José Sérgio et al. *Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LEONHARD, William E. Unique Problems in Managing the Development of a Macro Engineering Project. In: DAVIDSON, Frank; MEADOR, Lawrence C. (Comps.). *Macro Engineering and the Future: A Management Perspective*. Boulder: Westview Press, 1982.
- MURPHY, Kathleen. *Macroproject Development in the Third World*. Boulder: Westview Press, 1983.
- OLIEN, Roger M.; OLIEN, Diana D. *Oil Booms: Social Change in Five Texas Towns*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1982.
- OLIVEIRA SÁ, Paulo C. R. Carajás Face à Crise, e a Crise Face a Carajás. *Revista Brasileira de Tecnologia*, v. 2, p. 12-23, 1984.
- OLIVER-SMITH, Anthony; HANSEN, Art. Involuntary Migration & Resettlement: Causes & Contexts. In: HANSEN, Art; OLIVER-SMITH, Anthony (Comps.). *Involuntary Migration and Resettlement: the Problems and Responses of Dislocated People*. Boulder: Westview Press, 1982.
- PAYER, Cheryl. *The World Bank: A Critical Analysis*. New York: Monthly Review Press, 1982.

PORTER, Michael G. Private Resource Development and Public Utilities: Some Hazards of Sleeping with Elephants. In: PEARCE, David et al. (Comps.): *Risk and the Political Economy of Resource Development*. New York: St. Martin's Press, 1984.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *A Capital da Esperança*: Brasília: Estudo sobre uma grande obra da construção civil. Tese (Mestrado em Antropologia)–Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

_____. Arqueologia de uma Cidade: Brasília e suas Cidades Satélites. *Espaço & Debates*, n. 5, p. 113–124, 1982.

_____. Cuanto Más Grande Mejor? Proyectos de Gran Escala, una Forma de Producción vinculada a la expansión de Sistemas Económicos. *Desarrollo Económico*, v. 27, n. 105, 1987.

_____. *Empresas Transnacionais*: Um grande projeto por dentro. São Paulo: Marco Zero, 1991.

_____. *O Capital da Esperança*: A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.

TINKER, Hugh. *A New System of Slavery: the Export of Indian Labour Overseas 1830–1920*. Oxford University Press.

VAN GENNEP, Arnold. *The Rites of Passage*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

VAN ONSELEN, Charles. *Chibaro*: African Mine Labour in Southern Rhodesia. London: Pluto Press, 1976.

VERNON, Raymond. Uncertainty in the Resource Industries: the Special Role of State Owned Enterprises. In: PEARCE, David et al. (Comps.). *Risk and the Political Economy of Resource Development*. New York: St. Martin's Press, 1984.

WALTER, Ingo. Project Finance: The Lender's Perspective. In: PEARCE, David et al. (Comps.). *Risk and the Political Economy of Resource Development*. New York: St. Martin's Press, 1984.

WOLF, Eric R. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

YERRO, Mirta del. Condicionamientos sociales quo intervienen en el comportamiento de la mano de obra. In: SEMINÁRIO EFECTOS SOCIALIES DE TAN GRANDES REPRESAS DE AMÉRICA LATINA. Buenos Aires, 1983.